



# TOMÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 48.131.437/0001-90

## Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	9.438	37.011
Títulos e valores mobiliários	5	2.007	-	2.119	5.188
Contas a receber de clientes	6	-	-	142.528	113.817
Estoques	7	-	-	48.497	62.211
Impostos a recuperar	8	-	-	14.031	9.067
Dividendos a receber	9	9.812	12.001	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9	-	-	14.392	14.763
Despesas antecipadas	10	-	-	2.572	2.125
Demais contas a receber	2	-	-	1.423	4.556
Total do ativo circulante		11.828	12.003	235.000	246.738

## Não Circulante

Depósitos judiciais	16	-	-	1.881	472
Impostos a recuperar	8	-	-	8.103	6.454
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1	-	-	24.642	23.450
Partes relacionadas	9	1.215	12.651	140	2.473
Investimentos	10	121.732	127.666	-	-
Imobilizado	11	38	2	292.474	274.670
Total do ativo não circulante		122.985	140.319	339.417	319.651

Total do Ativo 134.813 152.322 574.417 566.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de reavaliação de controladas	Reserva de lucros	
			Legal	Para retenção de lucro
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>38.826</b>	<b>10.424</b>	-	<b>31.237</b>
Realização da reserva de reavaliação	-	(147)	-	147
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.892
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	594	(594)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.824)
Reserva para investimentos	-	-	-	(8.621)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>38.826</b>	<b>10.277</b>	<b>594</b>	<b>39.858</b>
Realização da reserva de reavaliação	-	(147)	-	147
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(20.831)
Absorção do prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(20.684)
Dividendos distribuídos pela controlada	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>38.826</b>	<b>10.130</b>	<b>594</b>	<b>19.174</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**1. Contexto Operacional:** A Tomé Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como principal objetivo participar no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2011, as principais participações, diretas e indiretas, são as seguintes: a) Controladas: **Sotrel Equipamentos S.A.** - empresa de locação de equipamentos, sediada no Estado do Rio de Janeiro; **Santa Luz Logística e Transporte Intermodal Ltda.** - empresa de transporte intermodal, sediada no Estado de São Paulo; **Tomé Engenharia S.A.** - empresa sediada no Estado de São Paulo, que tem entre suas principais atividades o planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil em geral, a montagem e a manutenção industrial; **Tomé Equipamentos e Transportes S.A.** - empresa sediada no Estado de São Paulo, que tem entre suas principais atividades a exploração de transportes de cargas especiais, a locação de máquinas e equipamentos e o "rigging" industrial. b) Controladas em conjunto: **AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais para Construção Ltda.** - empresa controlada em conjunto, a qual tem como principal objetivo a venda de equipamentos, sediada no Estado de São Paulo; **Tecer Terminais Portuários Ceará Ltda.** - empresa controlada em conjunto, a qual tem como principal objetivo os serviços portuários, sediada no Estado do Ceará. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui deficiência consolidada de capital circulante líquido de R\$42.781, substancialmente composto por financiamentos e empréstimos de suas controladas captados para o financiamento de guindastes, equipamentos e capital de giro, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. No segundo semestre de 2011, a Administração concluiu o processo de repactuação da dívida de R\$20 milhões com as instituições financeiras, alterando o cronograma financeiro de desembolso semestral até abril de 2015 por desembolsos trimestrais até outubro de 2016. Adicionalmente, a Administração possui linhas de crédito disponíveis no mercado financeiro, de partes relacionadas e expectativa de fluxos de caixa projetados nas operações e não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC); b) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. c) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia. d) Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Tomé Engenharia S.A., e de sua controlada, a qual também contém a AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais para Construção Ltda. ("AGT"). Todas as demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os mútuos, as receitas, os custos e as despesas e os saldos a receber e a pagar entre as empresas consolidadas, bem como os investimentos e o resultado de equivalência patrimonial. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da controlada para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia. Todas as transações e os saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente. e) Participações em empreendimentos em conjunto ("joint ventures"): Uma "joint venture" é um acordo pelo qual uma Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre práticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da "joint venture" requerem aprovação por todas as partes que compartilham o controle. Quando uma empresa exerce direitos em suas atividades por meio de uma "joint venture", a sua participação nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas suas demonstrações financeiras e classificada de acordo com sua natureza. Passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação de quaisquer despesas incorridas pela "joint venture" são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para ou da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. "Joint ventures" que envolvam a constituição de uma entidade em que cada empreendedor tenha uma participação são chamadas de entidades controladas em conjunto. A Companhia divulga sua participação em entidade controlada em conjunto usando o conceito de consolidação por controle na nota explicativa nº 10. A participação da Companhia nos ativos, passivos e resultados da controlada em conjunto é consolidada com os itens equivalentes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, linha a linha. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As participações da Companhia em entidades controladas em conjunto estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **3. Principais Políticas Contábeis:** a) Instrumentos financeiros ativos: Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis são aqueles substancialmente livres de risco de crédito. Os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais e outros. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o final do balanço e final, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados. d) Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. O custo médio é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. e) Imposto de renda e contribuição social: Calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor. As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação, a controlada Santa Luz Logística e Transportes Intermodal Ltda. optou pelo regime de lucro presumido. Para essa controlada, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionadas da receita financeira auferida, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. f) Conversão em moeda estrangeira: São convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio das datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. g) Investimentos: Representados por participações em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, exceto terrenos e edificações, os quais foram reavaliados com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na rubrica "Outras receitas" operacionais, líquidas" no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. A Companhia efetuou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens e não identificou necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas. i) Intangível: Representado substancialmente por licenças adquiridas de programas de computador que não excedam o seu valor de mercado ou de realização. Deterioração de instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos são avaliados à cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzida da provisão para créditos de realização duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que as controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração das controladas efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais preju



# TOME PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 48.131.437/0001-90

Descrição	Consolidado			
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Guindastes e outros equipamentos	Móveis e utensílios
Saldos em 31 de dezembro de 2011	13.150	6.366	213.301	27.111
Composição:				
Custo total	13.150	10.754	364.342	63.913
Depreciação acumulada	-	(4.388)	(151.041)	(36.802)
Valor residual	13.150	6.366	213.301	27.111
Taxas anual ponderada de depreciação - %		4	6	20

A controlada Tomé Equipamentos realizou a última reavaliação de seus terrenos e edificações das localidades São Bernardo do Campo, Santos e Araraquara em 25 de julho de 2006, com base em laudo de avaliação emitido por Approval Consultoria e Avaliações Ltda., apurando mais-valia de R\$4.564, tendo como contrapartida a reserva de reavaliação do patrimônio líquido, deduzida do imposto de renda e da contribuição social sobre a mais-valia de R\$1.552. Em 31 de dezembro de 2011, o valor líquido remanescente dos bens reavaliados totaliza R\$15.348 (R\$15.453 em 31 de dezembro de 2010), sendo o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação de R\$5.218 (R\$5.254 em 31 de dezembro de 2010) contabilizado no passivo não circulante. Em 1º de julho de 2011, as Administrações das controladas reavaliaram a vida útil estimada de guindastes e outros equipamentos alterando a vida útil de 10 anos para 21 anos e seis meses de acordo com a perspectiva de uso do equipamento e especificações dos fabricantes. Consequentemente, a despesa de depreciação consolidada no exercício de 2011 foi reduzida em aproximadamente R\$13.000. Certos bens (guindastes, empilhadeiras, veículos e computadores) são arrendados por meio de contratos irrevocáveis, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de dois a seis anos, estando sujeitos a encargos financeiros. Esses contratos transferem todos os riscos e benefícios de propriedade do bens. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou os referidos bens no ativo imobilizado, bem como o respectivo passivo de financiamento.

**12. Intangível - Consolidado:** a) Composição:

	Taxas anuais de amortização - %		Amortização	
	amortização - %	Custo	acumulada	Líquido
Software	20	2.574	(2.203)	371
Outros	-	28	-	28
Ágio	-	11.778	-	11.778
	14.380	(2.203)	12.177	12.132

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução do valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa Sotrel, considerando taxa de desconto com base no WACC de 15,8%. As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas margens brutas esperadas para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base na vida econômica dos bens do ativo imobilizado estimada para seis anos. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa. b) Movimentação:

	Saldo em 31 de dezembro de 2009	Adições - software	Amortizações	Saldo em 31 de dezembro de 2010
	12.067	182	(117)	12.132
	12.067	242	(197)	12.112

**13. Financiamentos e Empréstimos - Consolidado**

	Vencimento até	
	2011	2010
Moeda nacional:		
Aquisição de guindastes e outros equipamentos	CDI + juros de até 4% a.a	Outubro/16 205.767 231.510
Para aquisição de guindastes e outros equipamentos	CDI + variação da TJLP e juros de 3% até 13% a.a	Janeiro/16 19.272 2.940
Para capital de giro	Variação do CDI + juros de até 7,44% a.a	Dezembro/12 81.347 35.349
Arrendamento mercantil ("leasing financeiro")	Juros de 0,85% a.m até 1,52% a.m	Janeiro/17 2.367 520
CDL	Taxa de juros de 12,38% a 12,64% a.a	Outubro/14 371 -
Moeda estrangeira:		
Para aquisição de investimentos	Variação cambial + LIBOR/EU-RIBOR 6M e 12M + juros de até 4% a.a	Dezembro/16 21.291 32.185
Arrendamento mercantil ("leasing financeiro")	Variação cambial + libor + juros de 2% a.a	Julho/13 5.393 7.088
Instrumentos financeiros - Swap (*)		Fevereiro16 (541) -
Saldo de custos de transação a amortizar (*)		(6.730) (5.501)
		328.537 304.091
Passivo circulante		128.781 70.295
Passivo não circulante		199.756 233.796

(\*) Refere-se aos custos de transação incorridos na emissão de notas promissórias, que estão sendo rateados ao longo do prazo, com base no método da taxa efetiva de juros, que considera a Taxa Interna de Retorno - TIR da operação, para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da transação. (\*\*) Em 28 de abril de 2011, a Companhia contratou operação de swap de fluxo de caixa, alterando o custo efetivo de 118,5% do CDI, referente ao empréstimo no valor nominal de R\$6.225, para variação cambial mais taxa libor, e 1,7% de juros ao ano, vencimento em 13 de fevereiro de 2016. Em 2007, a controlada Tomé Equipamentos captou financiamento de longo prazo através da Resolução nº 2.770, via Cédula de Crédito Bancário - CCB, no total de US\$5.793 mil, correspondente a R\$100.000, com taxa de juros de 7,7% ao ano e vencimento em 28 de julho de 2008, tendo sido prorrogado para 15 de janeiro de 2010, com a alteração da taxa de juros para 8,95% ao ano. Em 15 de abril de 2010, a controlada repactuou o financiamento, com carência de dois anos e vencimento final em 15 de abril de 2015, com taxa de juros de 4,2% ao ano, acrescida da variação do CDI e sem variação cambial. Esse financiamento tem como garantia as máquinas, os equipamentos e as benfeitorias da controlada Tomé Equipamentos, cessão fiduciária de direitos creditórios bancários da controlada Tomé Engenharia e as ações da controlada Sotrel Equipamentos S.A., além de aval dos sócios da controladora. Além disso, o contrato estabelece a manutenção pela Tomé Equipamentos e pelos avaliadores de certas obrigações de natureza comercial, financeira, ambiental, etc. e a manutenção de índices financeiros na Companhia, medidos semestral e anualmente, calculados pela relação entre o endividamento líquido e o EBITDA, não sendo superior a 3,5 vezes no ano 2010, 3,2 vezes no ano de 2011 e 2,5 vezes em 2012 até 2014, e na controlada Sotrel Equipamentos S.A., medidos semestral e anualmente, calculados pela relação entre o endividamento líquido e o EBITDA, não sendo superior 1,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração entende que os índices financeiros encontram-se cumpridos. Em 4 de novembro de 2011, a Companhia obteve o aditivo do contrato re-actuado alterando as datas de pagamentos do principal para vencimentos trimestrais até outubro de 2016 com taxa de juros de 4% ao ano. Os demais financiamentos para aquisição de ativo imobilizado, inclusive os controles de arrendamento mercantil ("leasing" financeiro), estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados. Os financiamentos para capital de giro estão garantidos por aval dos cotistas. A movimentação de financiamentos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31 de dezembro de 2009	Adições	Amortização de principal	Amortização de juros e encargos financeiros	Juros e encargos financeiros e variação cambial	Saldo em 31 de dezembro de 2010
	196.847	278.392	(164.379)	(37.527)	30.758	304.091
	147.017	(126.257)	(43.045)	47.272	(541)	328.537
	196.847	278.392	(164.379)	(37.527)	30.758	304.091

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

2013	55.786
2014	50.938
2015	47.568
2016	45.457
2017	7
	199.756

**14. Impostos Parcelados - Consolidado**

	2011	2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	771	1.492
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	2.083
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	510	858
	1.281	4.433
Passivo circulante	995	1.660
Passivo não circulante	286	2.773

Em 2004, as autoridades fiscais do Estado de São Paulo impetraram autuações contra a Companhia, alegando supostos créditos indevidos de ICMS, destacando-se aqueles tomados na compra de bens para integrar o ativo imobilizado, pelo fato das prestações de serviços subsequentes não serem integralmente tributadas pelo mencionado imposto. Embora os consultores jurídicos da Companhia considerassem como possíveis as chances de êxito na defesa desses autos de infração, em 2007, a Administração

**Diretoria**

<b>Laercio Tomé</b> Presidente	<b>Washington Luiz de Moura</b> Diretor Financeiro	<b>Rosemeire Borges do Nascimento</b> Contadora CRC: 1SP193901/O-0
-----------------------------------	-------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

**Relatório dos Auditores Independentes**

Aos Acionistas e Administradores da Tomé Participações S.A. São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tomé Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

Descrição	Consolidado			
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Guindastes e outros equipamentos	Móveis e utensílios
Saldos em 31 de dezembro de 2011	13.150	6.366	213.301	27.111
Composição:				
Custo total	13.150	10.754	364.342	63.913
Depreciação acumulada	-	(4.388)	(151.041)	(36.802)
Valor residual	13.150	6.366	213.301	27.111
Taxas anual ponderada de depreciação - %		4	6	20

decidiu aderir ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do Estado de São Paulo, tendo como benefício a redução da multa e dos juros no montante de R\$1.392. Com a adesão ao parcelamento, a Administração da Companhia entende que não há riscos de questionamento sobre a realização dos créditos de ICMS tomados na compra de ativo imobilizado, o qual foi totalmente compensado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Compreendendo o parcelamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN no município do Rio de Janeiro no exercício de 2006, após desistência de processo judicial. O valor total de aproximadamente R\$1.730 foi parcelado em 84 parcelas mensais, iguais e consecutivas. Em 29 de junho de 2011, a Companhia aderiu ao programa de consolidação do Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente pela Lei nº 11.941/09, mediante os autos de infração e a Notificação Fiscal de Lançamento de Débito em 2007 sobre supostos créditos previdenciários indevidos de INSS, tendo como benefício a redução da multa, dos juros e dos encargos, no montante de R\$6.620, e a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$2.841, embora os assessores jurídicos da Companhia considerassem como possíveis as chances de êxito na defesa dos autos de infração e da referida notificação fiscal. O montante classificado no passivo não circulante possuem vencimento até 31 de dezembro de 2013. **15. Adiantamentos de Clientes - Consolidado:** Referem-se a antecipações recebidas de clientes e serão reconhecidas ao resultado com base na evolução física do projeto. Em 31 de dezembro de 2011, os saldos de adiantamentos são representados por:

	Consolidado	
	2011	2010
Refinaria do Nordeste - Abreu e Lima - RNEST	11.264	25.173
Novelis do Brasil Ltda	3.449	-
Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM	4.917	16.810
Outros	6.070	17.464
Total	25.700	59.447

**16. Provisão para Riscos:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e para os processos trabalhistas, é utilizado percentual de perdas históricas, aplicado sobre os processos vigentes. a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia suas controladas apresentavam os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a riscos:

	Depósitos judiciais		Provisão para riscos	
	2011	2010	2011	2010
Controladora-Contingências tributárias	-	-	2.030	1.069
Consolidado	-	-	2.030	1.069
Contingências tributárias	81	81	15.157	8.215
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.800	391	2.959	2.072
	1.881	472	18.116	10.287

b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.801
Adições, liquidas	1.486
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.287
Adições, liquidas	7.829
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.116

c) A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: i) Tributárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições, como também a distintas interpretações sobre a forma de apuração de outros tributos. ii) Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e acidentes de trabalho. d) Perdas possíveis (não provisionadas): A controlada Tomé Equipamentos registrou processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, fiscal e tributária, em decorrência do entendimento de seus consultores jurídicos, a Administração não tem expectativa de perdas significativas no desfecho das causas, classificadas como possíveis, as quais totalizam aproximadamente R\$35.794 em 31 de dezembro de 2011 e, consequentemente, não constitui provisão para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nestas questões. Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Companhia e por suas controladas, bem como as respectivas declarações de rendimentos e os registros fiscais e contábeis, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. e) Contingências ativas: A controlada Tomé Equipamentos move ação condenatória contra a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, pleiteando o recebimento de indenização por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da rescisão, pela CODESP, de contratos anteriormente firmados entre as partes. Referida ação foi julgada procedente em primeira instância e confirmada em segunda instância, ficando a CODESP condenada a pagar indenização a ser apurada em liquidação de sentença, por meio de arbitramento. Contra a decisão, a condenada não interpeleu, no prazo legal, nenhum recurso, tornando definitivo o reconhecimento do direito de indenização pleiteada, não apresentou questões contestatórias, em duas oportunidades, o que ocasionou a prolongação dessa fase processual. Presentemente, a ação está tramitando na 2ª Vara Federal, em que está sendo processada a liquidação de sentença por meio de arbitramento, tendo a perícia apurado o valor indenizatório de R\$40.000 (em janeiro de 2004), restando que o Juiz profira decisão acolhendo o referido valor ou, ainda, outro valor que venha a ser apurado com base em eventual impugnação apresentada pela ré. Considerando que a fase de liquidação da sentença ainda não está encerrada e não sendo possível estimar com precisão o montante da indenização, não foi reconhecido nenhum ativo às demonstrações financeiras decorrentes dessa ação. Considerando que a fase de liquidação da sentença ainda não está encerrada e não sendo possível estimar com precisão o montante da indenização, não foi reconhecido nenhum ativo às demonstrações financeiras decorrentes dessa ação.

**17. Imposto de Renda e Contribuição Social:** a) Correntes: O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(20.831)	11.892	1.590	25.705
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	7.083	(4.043)	(541)	(8.739)
Ajustes para apuração do imposto de renda e contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	(6.334)	4.938	-	-
Adições permanentes, líquidas	-	-	(495)	(2.347)
Créditos de impostos não constituídos	(749)	(895)	(19.625)	(895)
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(1.256)	(1.318)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(21.917)	(13.299)
b) Diferidos: A composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:				
Provisão para riscos	18.116	10.287		
Provisão para devedores duvidosos	10.686	11.581		
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	43.641	43.641		
Reavaliação de ativos	(15.348)	(15.229)		
Variação cambial	378	(1.306)		
Arrendamento mercantil	(8.462)	(9.893)		
Custos a incorrer e outros	(4.943)	4.463		
Base de cálculo	44.068	43.544		
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.983	14.805		
Classificados no:				
Ativo não circulante	24.642	23.450		
Passivo não circulante	9.659	8.645		

c) A Administração estima que os créditos tributários diferidos sejam realizados em um prazo máximo de dez meses após o término da expectativa de geração de caixa. **18. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social de R\$38.826 está dividido em 38.826.999 ações com valor unitário de R\$1,00. b) Reserva de reavaliação: A realização da reserva de reavaliação própria proveniente da controlada Tomé Equipamentos, efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados, é transferida para lucros acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários. c) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite estabelecido em lei. d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros tem como objetivo fazer frente a investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. e) Destinação do lucro líquido: O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos caso a Companhia fosse administrada de forma independente e realizasse transações apenas com partes não

**19. Receitas**

	Consolidado	
	2011	2010
Receita bruta	780.303	658.276
Abatimentos sobre receitas		
Cancelamentos	(10.268)	(9.479)
Impostos sobre as vendas	(65.285)	(64.844)
Total	704.770	583.953

Os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto sobre Serviços - ISS.

**20. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza**

	Consolidado	
	2011	2010
Depreciação e amortização	34.455	32.319
Salários e benefícios a empregados	252.352	207.293
Despesa com manutenção	4.826	28.867
Serviços de terceiros	95.339	55.443
Despesas com aluguel	60.832	50.422
Despesas com frete	5.787	7.949
Custo de mercadorias	74.795	51.463
Manutenção e materiais de uso e consumo	61.380	15.310
Outras	50.680	78.938
Total	640.446	528.004
Custo dos serviços prestados	581.075	472.278
Despesas gerais e administrativas	65.039	61.240
Outras receitas operacionais, líquidas	(5.668)	(5.514)
	640.446	528.004

**21. Despesas Financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Juros sobre financiamentos	-	-	46.343	35.554
Encargos moratórios sobre tributos	-	-	12.728	5.313
Fianças bancárias	-	-	161	448
Tarifas bancárias	-	-	1.175	266
Outras despesas financeiras	963	299	6.098	1.633
	963	299	66.505	43.214

**22. Receitas Financeiras:**

	Consolidado	
	2011	2010
Rendimentos		